



Boletim do

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão em Português | N° 41 - SETEMBRO DE 2025

R\$ 5

A defesa da soberania nacional das nações oprimidas é parte do programa da revolução social

**Responder às provocações, ameaças e ataques dos EUA à
América Latina, organizando um movimento anti-imperialista**

**Somente a classe operária unida, por meio de suas próprias
organizações, seus métodos de luta e seu programa, pode
dirigir a maioria oprimida e derrotar a ofensiva imperialista**

A tarefa é a de estruturar a frente única anti-imperialista

**Defesa incondicional da
Venezuela contra o cerco militar
montado pelos Estados Unidos**

**Lutemos sob a bandeira dos
Estados Unidos Socialistas da
América Latina**



APRESENTAÇÃO

Este Boletim é dedicado a expor os reflexos da crise mundial na América Latina. Destacam-se três acontecimentos: 1) o Brasil como alvo da guerra comercial de Trump; 2) o cerco à Venezuela pelos Estados Unidos com navios de guerra; 3) a derrocada do Movimento ao Socialismo (MAS) na Bolívia.

Em primeiro plano, se coloca o objetivo da luta anti-imperialista e de defesa da soberania das nações oprimidas. A Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), “Provocações, ameaças e ataques dos EUA à América Latina” e a “Carta do Partido Operário Revolucionário (POR), seção brasileira do CERQUI” expressam a campanha em favor da organização de um movimento de resistência à ofensiva dos Estados Unidos na América Latina e pela constituição da frente única anti-imperialista. Assentam-se na premissa de que as burguesias nacionais latino-americanas são incapazes de se levantar contra a dominação dos Estados Unidos no Continente e, em particular, nos países em que os ataques são mais amplos e fulminantes.

Mesmo no caso da Venezuela, em que o governo nacional-reformista de Nicolás Maduro reage ao cerco militar norte-americano, se verifica essa conclusão histórica. Isso porque o regime nacionalista se apoia nas relações capitalistas de produção de economia atrasada e na preservação da grande propriedade privada. Não há como sustentar a soberania nacional sem que a resistência anti-imperialista se desenvolva como parte da revolução social.

Evidentemente e com toda precisão, o CERQUI faz a campanha de defesa incondicional da Venezuela, afirmando a linha marxista-leninista-trotskista de que somente o povo venezuelano pode responder pelo que se passa no governo de seu país. Uma frente única anti-imperialista é imprescindível para derrotar a investida dos Estados Unidos contra a Venezuela. Somente um movimento anti-imperialista apoiado na maioria oprimida e dirigido pela classe operária pode defender a soberania nacional. O mesmo diz respeito à guerra comercial desfechada por Trump principalmente contra o Brasil e o México.

A bandeira da soberania nacional passou inteiramente para as mãos da classe operária e de um movimento de maioria nacional oprimida.

Este Boletim reconhece que a investida de Trump contra a soberania da Venezuela constitui

uma investida à soberania da América Latina, que é formada de países que de colônias passaram historicamente a semicolônias. A intervenção norte-americana no Panamá, acusando a China de procurar controlar o Canal, é tipicamente uma ação colonialista. Os países cujos governos estão servindo a Trump, como El Salvador, Equador, Paraguai e mesmo Argentina, evidenciam mais claramente, na situação de crise latino-americana, as raízes da colonização europeia e norte-americana. A impotência do governo brasileiro diante do prepotente ataque dos Estados Unidos, por outro lado, não deixa de transparecer as mesmas raízes históricas.

As divisões entre os países latino-americanos e no interior de cada país, quando deveriam estar unidos para cavar as trincheiras da resistência anti-imperialista, põem à luz do dia a incapacidade das burguesias de defender a real soberania nacional, embora conservem essa bandeira e a usem para enganar os explorados, como faz no momento o governo Lula no Brasil.

Os fundamentos da soberania nacional das nações oprimidas em confrontação com a dominação e saque imperialista se encontram e se alicerçam na necessidade histórica de destruir o poder da burguesia e constituir o poder do proletariado, que como classe revolucionária encarna a transição do capitalismo ao socialismo.

A fragmentação da América Latina permite aos Estados Unidos e demais potências continuarem explorando sua força de trabalho, apropriando-se de uma importante parcela da mais-valia, repatriando riquezas e retardando o desenvolvimento de suas forças produtivas. O imperialismo necessita e aproveita da fragmentação econômica, social e política do continente latino-americano. Sobre essa fragmentação, se tornou inviável a sustentação da soberania nacional de qualquer um desses países. A luta emancipadora que encabeçaram Bolívar e San Martín, a mais de duzentos anos, que colocava a necessidade da unidade e integração da América Latina, não encontrou as bases materiais para concretizá-la. As burguesias dos países latino-americanos nunca tomaram em suas mãos essa tarefa essencial e foram utilizadas pela Grã Bretanha primeiro e, depois pelos Estados Unidos de forma a manter a fragmentação.

A defesa proletária da soberania nacional, ao contrário, se coloca pela superação da fragmentação do continente que virá da abolição das fronteiras

nacionais e da constituição da interdependência do desenvolvimento das forças produtivas. A luta pela soberania nacional está determinada pelo programa proletário dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

As posições expressas neste Boletim do CERQUI deixam assentado o fundamento da interdependência entre a luta de classes contra a burguesia e a luta nacional contra a dominação imperialista. Essa é a base programática da tática da frente única anti-imperialista, cuja finalidade estratégica é a de unir a maioria oprimida sob a política revolucionária do proletariado.

O CERQUI reconhece o grande atraso e os retrocessos sofridos pelo movimento operário e camponês na América Latina. A luta da vanguarda com consciência de classe é justamente para dar passos no sentido da recuperação do terreno perdido e avançar no campo da independência de classe. Os retrocessos que se manifestam pelo menos desde a década de 1970 não tornaram a luta de classes menos aguda. A necessidade das massas de se defenderem do capitalismo em decomposição se tornou ainda mais premente com a polarização entre a riqueza altamente concentrada e a pobreza disseminada. O movimento anti-imperialista e de defesa da soberania nacional parte da luta pelas condições mais elementares da maioria oprimida.

É obrigatório travar a luta anti-imperialista na América Latina como parte da luta internacional do proletariado. A guerra comercial desfechada por Trump vem carregada das ascendentes tendências bélicas. A economia militarista voltou a se impor com mais força desde a Segunda Guerra Mundial. A guerra na Ucrânia atingiu o impasse de extrapolar para toda a Europa ou se chegar a uma paz ditada pelos Estados Unidos. O genocídio na Faixa de Gaza expõe a franca barbárie que impera nas relações mundiais. A anexação do pouco que resta da Palestina pelo Estado sionista de Israel demonstra que as forças do imperialismo caminham no sentido das guerras de anexação. É esperado que a crise mundial se acelere sob o impacto das medidas protecionistas e das confrontações nacionais. Não pode haver dúvida ou vacilação em torno ao processo altamente destrutivo das forças produtivas que arrasta a América Latina para o precipício.

Este Boletim é um instrumento do internacionalismo proletário e serve de guia para o trabalho de construção dos partidos revolucionários e reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

5 de Setembro de 2025

Direção do CERQUI



R\$5

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo

O socialismo e a guerra

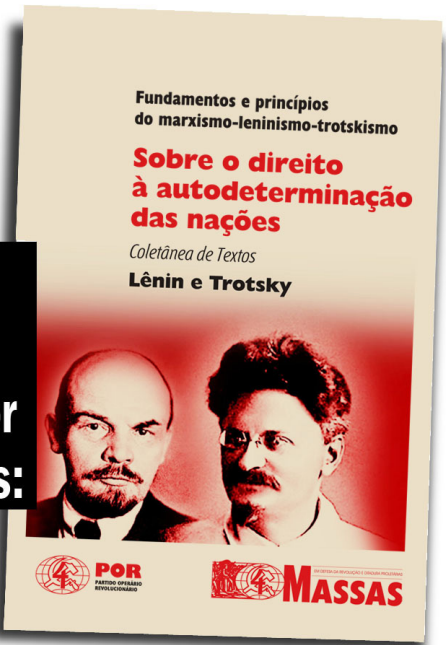
Coletânea de Textos

Lênin

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS



R\$5

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo

Sobre o direito à autodeterminação das nações

Coletânea de Textos

Lênin e Trotsky

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
 nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020





Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Provocações, ameaças e ataques dos EUA à América Latina

Somente a classe operária unida e organizada, com suas próprias organizações, seus métodos de luta e seu programa, pode dirigir a maioria oprimida e derrotar a ofensiva imperialista
A tarefa em nossos países é a de estruturar a frente única anti-imperialista

Esta é a expressão de sua política internacional agressiva, buscando ditar as condições do comércio mundial por meio de uma guerra comercial, impondo altas tarifas sobre as importações e rompendo todos os acordos das últimas décadas. Também utiliza todos os tipos de sanções e pressões econômicas para subjugar a maioria dos países, incluindo seus parceiros mais próximos. Seu objetivo mais importante é subjugar a China, cortando seu abastecimento, seu avanço no comércio mundial e suas rotas de abastecimento e distribuição. A intensificação desses conflitos alimenta as tendências bélicas, fazendo com que as guerras continuem a se espalhar e se aprofundar. Os EUA querem se recuperar do declínio de sua economia, de sua estagnação, de sua dívida, de seus déficits e de seu parasitismo. Quer impor unilateralmente suas condições ao mundo inteiro, restabelecer seu poder hegemônico, tentando disciplinar as semicolônias e também os países imperialistas. Está preparando as condições para uma guerra contra a China.

Há várias semanas, os EUA vêm posicionando navios perto da Venezuela, no Caribe. Trata-se do chamado “Plano Nacional de Soberania e Paz”, ativado como parte de suas ações “contra o narcotráfico”. Sete navios de guerra, juntamente com um submarino nuclear de ataque rápido, com mais de 4.500 marinheiros e fuzileiros navais. A recompensa por informações que levem à captura de Maduro, a quem acusa de “violar as leis de narcóticos dos EUA”, dobrou para US\$ 50 milhões. “O regime de Maduro não é o governo legítimo da Venezuela. É um cartel de drogas. Maduro não é um presidente legítimo. Ele é o líder fugitivo desse cartel. Ele foi indiciado nos Estados Unidos por tráfico de drogas para o nosso país”, disse a porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt. Ela afirma que vários países latino-americanos apoiam a medida. Trump busca derrubar o governo venezuelano, embora suas declarações também afirmem que não haverá intervenção.

Trump intervém abertamente no Brasil para mudar seu governo. Ataca diretamente o Judiciário, exigindo o fim dos processos contra Bolsonaro. Exige que suas leis prevaleçam sobre as do Brasil. Impõe tarifas brutais. Busca alinhar completamente o país em sua guerra comercial contra a China e romper a aliança do BRICS. Atender às suas exigências implica uma destruição significativa das forças produtivas. É uma interferência direta na política interna brasileira e em suas instituições.

Tropas americanas foram enviadas ao Panamá há três meses para treinamento, com a aprovação do governo, em nome da “proteção” do Canal Bioceânico e do bloqueio à presença da China. Um navio de guerra atracou no Canal, destinado a “atacar cartéis de drogas latino-americanos” e se juntar à frota que opera na região.

Anteriormente, os Estados Unidos propuseram o arrendamento ou a ocupação da Groenlândia, interessados em suas terras raras e sua posição no Ártico. Também propuseram a anexação do Canadá. Canadá e México são seus parceiros no atual USMCA, parceiros comerciais há mais de 30 anos. Lançaram uma forte ofensiva tarifária contra esses países fronteiriços, responsabilizando-os pela entrada de migrantes e pelo influxo de fentanil.

Na Argentina, agem como se fossem donos, intervindo no Judiciário, no Congresso, nas políticas migratórias, no envolvimento das Forças Armadas na repressão interna, na estrutura tributária do país, na reforma trabalhista que pretendem implementar e definindo o cronograma para a aprovação das leis. Apoiam Milei com bilhões de dólares para impedir sua queda. Decidiram banir Cristina Kirchner do cargo nas eleições atuais. E exigem a dissolução dos acordos com a China, “com eles, nada”. Ocupam as Ilhas Malvinas com a OTAN como base estratégica para o controle da Antártida e da passagem para o Pacífico.

Isso se aplica a todos os países. O novo chefe do Comando Sul dos EUA, Alvin Holsey, afirma buscar

uma aliança com todos os países para combater o tráfico ilícito de drogas, armas, bens, vida selvagem e pessoas, ao mesmo tempo que questiona a influência chinesa como uma “ameaça ao nosso povo”. “Linhas de comunicação marítimas vitais, como o Estreito de Magalhães e a Passagem de Drake, funcionam como pontos de estrangulamento estratégicos, que podem ser usados pelo Partido Comunista Chinês para projetar poder, interromper o comércio e desafiar a soberania de nossas nações ou a neutralidade da Antártida.”

O intervencionismo norte-americano tem uma história; nós, da América Latina, somos o seu “quintal”. Os Estados Unidos querem retornar à Doutrina Monroe, de 200 anos, que considerava toda a América como seu território, rejeitando a intervenção de países europeus. Não esquecemos a sua intervenção por trás dos golpes militares e dos massacres de centenas de milhares de pessoas no Continente. O imperialismo estadunidense é o principal obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas. Hoje, rejeita abertamente os negócios e acordos com a China, seus investimentos e seu avanço em todos os países.

Por um lado, os Estados Unidos querem romper as relações com a China, que cresceram extraordinariamente nas últimas décadas em nosso continente, e, por outro, assegurarem para si o fornecimento de matérias-primas, saqueando nossos recursos. Agora, se utilizam das bandeiras do narcotráfico e do terrorismo, arrastando os países latino-americanos para sua guerra comercial.

Esta ofensiva brutal faz parte de sua intervenção em todo o mundo. O maior crime é o genocídio contra o povo palestino, a intervenção terrorista de Israel na Síria, Líbano e Iêmen, buscando se expandir com o apoio financeiro, político e militar dos Estados Unidos. Sem seu apoio direto, a burguesia sionista de Israel não poderia se sustentar. Esse tem sido o papel por mais de 70 anos. Recentemente, bombardearam instalações nucleares no Irã, juntamente com Israel, um ato extremamente grave. Foram os EUA que ordenaram o cerco militar à Federação Russa, que provocaram expressamente a guerra na Ucrânia, financiaram e armaram essa guerra, usaram a Ucrânia como bucha de canhão e a comandaram a partir de sua base na Alemanha. Agora, dizem que querem se retirar diante do fracasso de seu objetivo e da necessidade de concentrar forças contra a China. Assim, Trump pretende impor uma “paz” que proteja, acima de tudo, os interesses do imperialismo norte-americano.

A base de toda essa ofensiva comercial e militar é a extraordinária crise dos EUA, sua estagnação, seus déficits orçamentários e comerciais, a maior

dívida do mundo e seus interesses, seu fracasso em pôr fim à crise de 2008/9, cujas consequências estão sendo fortemente sentidas, e a inflação. O capital busca as formas mais parasitárias de sustentar seus lucros, incluindo o crescente acúmulo de armas pelos poderosos, que consomem uma parcela cada vez maior de seus orçamentos e, por si só, destroem as forças produtivas. O investimento estrangeiro direto está em declínio em todo o mundo. Os confrontos entre as potências e dentro dos EUA também expressam essa crise fenomenal.

Devemos defender incondicionalmente a Venezuela, o Panamá, a Groenlândia e o Brasil. É necessário rejeitar e derrotar a ofensiva imperialista.

As burguesias locais são incapazes de defender a soberania de nossos países; buscam se acomodar e negociar, cedendo ao ataque. Frações poderosas dessas burguesias defendem a subordinação total às políticas dos EUA, fortalecendo a direita. As desculpas utilizadas, sejam elas tráfico de drogas, terrorismo ou corrupção, não importam. Nossos países não têm independência real.

A classe operária e a maioria oprimida devem reagir a essa ofensiva imperialista com seu próprio programa e seus próprios métodos de luta. Sindicatos, movimentos e organizações políticas que defendem a soberania nacional devem responder a este ataque convocando reuniões e assembleias, estruturando uma frente única anti-imperialista em nossos países. A unidade em nossos países e uma resposta conjunta em toda a América Latina são de fundamental importância para deter e derrotar esta ofensiva. As massas estão lutando, respondendo aos ataques da melhor forma possível, com o que têm demonstrado, mas devem se livrar das direções traidoras e conciliadoras que bloqueiam sua intervenção.

Devemos rejeitar as imposições dos EUA; defender a soberania de nossos países; expropriar, estatizar e nacionalizar as corporações multinacionais e o capital financeiro; impor o controle da produção pelos trabalhadores; defender empregos, salários, pensões e direitos trabalhistas; expropriar os capitalistas que apoiam a ofensiva de Trump; e criar tribunais populares para investigar, processar e punir as forças políticas que servem ao imperialismo.

A classe operária deve resolver sua crise de direção revolucionária. É preciso construir partidos marxistas-leninistas-trotskistas em todos os países, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a Quarta Internacional. Convocamos a vanguarda com consciência de classe a se juntar a esta tarefa histórica urgente.

31 de agosto de 2025

Carta do Partido Operário Revolucionário (POR), seção brasileira do CERQUI

Chamado aos sindicatos, movimentos e correntes políticas que se posicionam pela defesa da soberania nacional

Pela constituição de uma Frente Única Anti-Imperialista

Está claríssimo que Trump apertará ainda mais o cerco ao Brasil. É visível que pretende mudar o governo Lula por outro governo que seja completamente serviçal. Ataca diretamente o Judiciário para defender Bolsonaro e seus partidários. Exige que as leis

e diretrizes norte-americanas se sobreponham às leis e diretrizes nacionais do Brasil. Pretende colocar o país sob sua política de guerra comercial, sua estratégia de escalada bélica e sua condução diante das guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza, bem como nos choques que se desenvolvem no Oriente Médio. É patente que os Estados Unidos se preparam para uma guerra contra a China, de forma que procuram impor ao Brasil uma conduta de alinhamento aos interesses gerais da burguesia e do Estado norte-americano. Essa linha se aplica ao continente latino-americano.

Trump prepara uma maior intervenção na América Latina, utilizando-se da lei imperialista que tipifica os movimentos e correntes de defesa nacional de terrorismo. O envio de navios de guerra ao Caribe, apontando as armas para a Venezuela, não é apenas uma demonstração de prepotência diante da América Latina, mas uma séria demonstração de que está em curso uma operação de ataque à Venezuela, objetivando derrubar o regime nacionalista de Maduro.

Está claríssimo que Trump objetiva mudar as relações econômicas do Brasil em âmbito internacional. Bombardeia o país com brutais tarifas para que reverta seu entrelaçamento econômico-comercial com a China. A aproximação com essa potência econômica da Ásia é considerada uma afronta aos Estados Unidos. O presidente republicano desconsidera completamente o fato de os Estados Unidos serem superavitários em suas transações comerciais com o Brasil. Desconhece que as multinacionais norte-americanas sempre contaram com a proteção do Estado brasileiro e que remetem importante parcela de seus lucros às suas matrizes. Prática comum das multinacionais alemãs, francesas, inglesas, japonesas, italianas etc.

A economia brasileira se formou submetida aos colonizadores e aos imperialistas. Como toda semicolônia, o Brasil padeceria do saque (e padece) e dos limites



impostos desde fora pelos monopólios e pelo capital financeiro às suas forças produtivas. A guerra comercial não é desencadeada pelo Brasil, cuja participação na economia mundial não excede 1%. O deslocamento pendular da movimentação comercial do Brasil para

a China em detrimento dos Estados Unidos se deveu à emersão da economia chinesa impulsionada pelo processo de restauração capitalista, que contou precisamente com os interesses do imperialismo norte-americano e das demais potências aliadas.

O problema para o Brasil está em que assumir as exigências dos Estados Unidos significa destroçar as forças produtivas nacionais, que são condicionadas pelas forças produtivas mundiais. As tarifas de Trump resultam precisamente em mutilação e regressão à economia brasileira. Está aí por que o eixo do conflito gira em torno à guerra comercial desfechada pelos Estados Unidos, sob o governo dos republicanos. A defesa real da soberania nacional implica combater e derrotar a ofensiva de Trump e aliados.

A burguesia brasileira é incapaz de travar esse combate. A fração agroexportadora e do capital financeiro se encontra em grande medida vinculada ao capital norte-americano. O capital financeiro do Brasil contraiu profundos laços de dependência. Do ponto de vista geral, os capitalistas nacionais historicamente se adaptaram e se subordinaram ao imperialismo norte-americano, que passou a comandar a América Latina. O nacionalismo burguês e pequeno-burguês se chocou com as imposições norte-americanas, mas foi incapaz de erguer os pilares da soberania nacional. O golpe militar de 1964, incentivado e apoiado pelos Estados Unidos, foi um dos acontecimentos mais significativos que demonstraram a fragilidade do nacionalismo encarnado por uma fração da burguesia interna.

A soberania formal mal esconde as raízes da ausência da real independência nacional. A reação do governo Lula, de parte do Congresso Nacional e do Judiciário contra a tentativa de Trump intervir em favor do ex-presidente Bolsonaro e de sua hoste golpista evidencia a existência de um limite da subordinação do Brasil ao poder norte-americano. Ao mesmo tempo em que a ul-

tradição se move em apoio e proveito das ações do imperialismo, expõe a fragilidade desse limite. Mas, do ponto de vista econômico, que, em última instância, determina o político-jurídico, a burguesia nacional se mostra impotente e tendente à capitulação.

A posição negociadora e voltada a ceder em parte às imposições de Trump, sem que esboçasse qualquer resposta de defesa nacional reflete a ausência de real independência. Cada um dos setores exportadores está voltado aos seus interesses particulares, em franca contraposição à organização de um movimento nacional de resistência e de contra-ataque à prepotência norte-americana.

O Plano Brasil Soberano concebido pelo governo Lula e pelos presidentes do Congresso Nacional limita-se a financiar os capitalistas que venham a perder mercado e a ter prejuízos. Os pequenos e médios exportadores são uma pequena fração dos valores negociados. Não se trata de um plano de defesa nacional, mas de particular proteção aos grandes exportadores atingidos pelo tarifaço. No fundo, significa aceitar passivamente o plano do imperialismo lançado desde Washington.

Os seus críticos, porta-vozes do grande capital, atuaram no sentido do governo desconhecer a Lei da Reciprocidade e abrir um canal de negociação com os Estados Unidos. O que implicava e implica ir a Trump com a disposição de aceitar os termos gerais de seu plano. Finalmente, o Plano Brasil Soberano expressou a posição de nem se contrapor aos Estados Unidos, nem aceitar sua imposição imperial. Essa escapatória foi uma confissão de impotência da burguesia brasileira e de seu Estado diante de um ditame francamente ditatorial. Em outras palavras, foi respondido ao governo norte-americano que o Brasil arcaria com a retaliação econômico-comercial e preservaria a soberania do funcionamento do Estado. Cálculos foram feitos, demonstrando que as consequências não serão devastadoras. Assim, se pretende dar tempo ao tempo e ver até onde o conflito aberto pelos Estados Unidos com Brasil poderá ser administrado. São esperados novos ataques anunciados pela investigação contra o Brasil pelo órgão Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), que listou seis pontos em que se misturam comércio, desmatamento, terrorismo e corrupção.

Algumas empresas decidiram demitir antes mesmo do governo apresentar o Plano Brasil Soberano. A Taurus anunciou que transferirá parte da produção para os Estados Unidos. A Vale e JBS se utilizam do lobby para defenderem interesses à parte. Essas são as condutas antinacionais dos capitalistas. Expressam de maneira aberta que estão voltadas apenas para seus interesses. A pressão para que o Tesouro Nacional arque com as consequências dos ataques do imperialismo norte-americano e o governo busque negociações, que Trump tem se negado a realizar, reflete, em grande medida, a subserviência histórica da burguesia brasileira.

Bastou que o ministro Flávio Dino determinasse que a Lei Magnitsky não é aplicável ao Brasil, e que, portanto, se sobrepõe às leis brasileiras, para que os bancos corressem a questionar, alegando que têm negócios e que dependem dos Estados Unidos. Criou-se uma reação de porta-vozes do capital financeiro sob a alegação de que a decisão do ministro Dino vinha no sentido corporativo de proteger o

ministro Alexandre Moraes, sancionado pelo fato de dirigir o processo contra Bolsonaro e bolsonaristas golpistas.

A atitude de empresários anunciarem a possibilidade de transferir a produção para os Estados Unidos, de recorrerem ao lobby e de banqueiros brasileiros se mostrarem propensos a acatar a lei norte-americana e o ultimato de Trump dão a dimensão do quanto a burguesia nacional está entranhada aos interesses e aos ditames do imperialismo. Essa dependência se encontra na base da impotência do governo Lula diante da vulgaridade e da arbitrariedade como Trump trata o Brasil. Em particular, diante da clara interferência na política interna brasileira e nas suas instituições.

O ministro da Fazenda Fernando Haddad propagandeou que o Plano Brasil Soberano servirá também para manter os empregos e proteger os trabalhadores. As direções das principais centrais e da maior parte dos sindicatos se valeram dessa fraude para apoiar o governo e se abrigar sob a bandeira demagógica de soberania nacional. Os capitalistas vão à procura de apoio do Estado, sabendo perfeitamente que continuarão com a liberdade de transferir fábrica, cortar setores da produção, recorrem à imposição de férias coletivas e de redução da jornada com redução salarial. Os exploradores estão protegidos pela contrarreforma trabalhista e previdenciária, bem como pela Lei da Terceirização.

Os assalariados vão pagar pelas consequências sociais da guerra comercial de Trump. Ou a classe operária e os demais trabalhadores reagem com seu programa e métodos de luta próprios, ou o imperialismo acabará impondo suas condições de dominação ao Brasil, à América Latina e a todos os países de economia atrasada e semicolonial. Está posta a luta unitária dos explorados contra a ofensiva dos Estados Unidos, contra as frações da burguesia empresária e contra as forças políticas antinacionais. Trata-se de erguer um movimento anti-imperialista e anticapitalista, sob a direção do proletariado.

Nesse terreno, o Partido Operário Revolucionário (POR) chama as centrais, sindicatos, movimentos e corrente políticas que se colocam contra o intervencionismo dos Estados Unidos e pela soberania nacional a organizar a Frente Única Anti-imperialista. Que convoquem assembleias e reuniões sindicais e populares para aprovar as bandeiras fundamentais e constituir os comitês de frente única anti-imperialista.

Como ponto de partida, o POR apresenta as seguintes bandeiras e linha: 1) rejeição completa às imposições dos Estados Unidos; 2) defesa da soberania nacional; 3) expropriação, estatização e nacionalização das multinacionais e do capital financeiro; 4) controle operário da produção; 5) defesa dos empregos, dos salários e dos direitos trabalhistas; 6) estatização das empresas brasileiras que transferirem sua produção ou parte dela para os Estados Unidos; 7) expropriação dos capitalistas que apoiarem a ofensiva de Trump ou sabotarem a defesa da soberania nacional; 8) constituição de um Tribunal Popular para investigar, julgar e punir as forças políticas que servirem ao imperialismo, bem como determinar e vigiar a defesa das forças produtivas nacionais; 9) defesa incondicional da Venezuela contra os ataques dos Estados Unidos.

A QUEDA DO MAS NA BOLÍVIA

BALANÇO DOS RESULTADOS ELEITORAIS

Repercussões para a América Latina
Percurso de um fracasso anunciado

O resultado das recentes eleições presidenciais na Bolívia deu vitória por maioria relativa à dupla direitista Paz-Lara, do PDC (Partido Demócrata Cristiano). Consequentemente, haverá o segundo turno eleitoral (votação). A população deverá escolher entre dois candidatos de direita (Tuto-Velasco e Paz-Lara). Soma-se a isso, a queda eleitoral retumbante do Movimento ao Socialismo (MAS) que participou da eleição dividido em três facções (andronicistas, arcista como MAS oficial e detentores da sigla, e evistas sem candidato presidencial, e que defenderá o voto nulo). Sua intervenção, que culminou na eleição de alguns deputados para o Legislativo, gerou polêmica, com ambos os lados tentando explicar o fenômeno. No caso do nacional-reformismo latino-americano, o evismo coloca a necessidade do “voto nulo”, buscando explicações e justificativas para tentar salvar os esquemas da política de colaboração com a burguesia nacional e o capital financeiro, daquele que se auto-intitulou “socialismo do século XXI” e que levou o MAS ao colapso.

Um desses analistas afirma, por exemplo:

“Acho que o MAS implodiu. Eu diria que, na Bolívia, o projeto de direita não venceu, mas sim o projeto de esquerda foi corroído pelas disputas entre seus líderes. Entre Evo e Arce, aumentaram os mal-entendidos e as desconfianças, e eles se distanciaram.” (1)

Por sua vez, os perdedores da velha direita elaboram todo tipo de teoria da conspiração.

Nenhum desses “analistas”, muito menos os políticos da velha direita e, pior ainda, os “ideólogos” reformistas, esmagados pelo peso de seus erros, conseguem explicar a situação penetrando nas causas estruturais do fenômeno, que está diante de seus olhos. Não conseguem explicar o esgotamento político do MAS, porque há muito tempo abandonaram o método marxista do materialismo científico, substituindo-o pelo subjetivismo pós-moderno. Eles se esgotam em busca de explicações “culturais” ou referentes às falhas e/ou ambições pessoais de líderes etc.



A queda retumbante do MAS foi antecipada por Guillermo Lora e pelo POR assim que Evo Morales chegou ao poder. As causas estruturais que a determinariam foram explicadas, e o POR, aplicando o método do materialismo histórico (marxismo),

acompanhou e analisou passo a passo o desenvolvimento desse fracasso previsto. Tudo isso enquanto toda a “esquerda” reformista e os centristas latino-americanos, que abusivamente se autodenominam como parte da Quarta Internacional, batiam palmas, cobriam o MAS de elogios, clamavam o voto em Evo Morales e se juntavam ao coro e à banda da impostura indigenista pós-moderna do MAS, inscrita com pompa e circunstância nas bandeiras icônicas e nos esquemas supostamente “inovadores” do “socialismo do século XXI”.

Logo no início, assim que o MAS chegou ao poder, Guillermo Lora e o POR responderam à pergunta: o que define o destino do governo e das classes sociais? Explicou: “OS DIVERSOS GOVERNOS DA NOSSA HISTÓRIA agem, com acertos e erros, SUJEITOS À PROPRIEDADE PRIVADA E SUAS VARIAÇÕES INTERNAS. O governo atual (o governo do MAS) está apegado à propriedade privada e, desde que chegou ao poder, tem sido subjugado pela grande propriedade privada, pelos capitalistas, pelas corporações transnacionais, pelo imperialismo. Não tomou, nem pode tomar, nenhum passo ousado sem a aprovação dos expoentes dessa grande propriedade privada. O GOVERNO DO MAS NÃO É REVOLUCIONÁRIO; É CONSERVADOR. ADVERTIMOS QUE EM ALGUM MOMENTO ELE OUSARÁ ACABAR COM A GRANDE PROPRIEDADE OU O IMPERIALISMO”. (G. Lora, 23/08/2006)

O MAS e seu expoente Evo Morales foram explicados:

“Evo Morales é um líder camponês dos sindicatos de cocaleiros do Chapare. O sindicalismo camponês é uma organização de pequenos proprietários privados dos meios de produção. É um erro grave confundir sindicatos proletários com sindicatos camponeses. Evo Morales é a expressão genuína de líderes camponeses burocrati-

zados. Em seus primeiros dias, ele foi um ativista da ação direta de massas. Ao ingressar no Parlamento, descobriu que era mais vantajoso declarar-se democrata, inimigo da violência e defensor do legalismo, da via parlamentar etc., para resolver pacificamente os problemas do país. Ele estava preparando o terreno para que os opressores lhe abrissem as portas, entendessem que ele era seu colaborador, capaz de aprisionar e domar as massas. Suas manobras deram bons resultados. Ele se tornou Presidente Constitucional da República com o apoio de uma votação massiva.

Seu maior erro: acreditar que as massas famintas e oprimidas permaneceriam silenciosas e acorrentadas, suportando a burguesia e o imperialismo sugando seu suor e sangue.

Evo começou anunciando que ele e o MAS desenvolveriam um “Capitalismo Andino” sem as falhas do atual, que já estaria morrendo. O colapso do capitalismo burguês é um processo que nenhum Evo será capaz de impedir que afunde na barbárie. Outro capitalismo poderoso e eterno não surgirá, mas será substituído pelo comunismo, sem oprimidos ou explorados. (Documento do 42º Congresso do Partido Revolucionário dos Trabalhadores. La Paz, janeiro de 2006.)

Desde o início, o governo do MAS se esforçou para ganhar a confiança da burguesia nativa, particularmente da burguesia agroindustrial do leste, e das corporações transnacionais imperialistas que Evo Morales convocou para se tornarem parceiras do Estado boliviano. Toda a política governamental estava subordinada aos interesses dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros dispostos a colaborar com o governo “indígena”.

Naquela época, em meio às ilusões e à euforia popular sobre os grandes presságios para o país, feitos pelos ideólogos do reformismo latino-americano, denunciar o governo do MAS como um governo burguês “não revolucionário” equivalia a um ato de “loucos” ou “traidores” habituais. Somente o grande prestígio histórico do POR e de Guillermo Lora impediu o silenciamento e o isolamento absolutos das posições revolucionárias proletárias expressas no país. Contraditoriamente, expressas do magistério e da universidade. Mesmo assim, o retorno do proletariado, após a derrota da Assembleia Popular e a relocação da velha vanguarda mineira em seu eixo histórico revolucionário tradicional, foi desviado para o caminho do indigenismo, do reformismo, do pós-modernismo e do antimarxismo. A burocracia sindical, transformada no eixo central da ação reformista dentro do movimento trabalhista e popular, foi cooptada para o aparato estatal e controlada com base em amplos programas projetados para gerar favores e clientelismo político. Os gananciosos burocratas sindicais e a intelectualidade pequeno-burguesa de esquerda deram livre curso ao carreirismo, e os líderes camponeses, especialmente, afastados de sua base, foram facilmente corrompidos, organizando panelinhas para o uso privado de recursos estatais, gerados graças a um período excepcional de alta nos preços das matérias-primas, vivido entre 2006 e 2014.

“Atualmente, a organização mencionada, nascida entre os cocaleiros, assim como seu proeminente líder, não são

mais camponeses, isso se baseia nas ideias que eles manejam cotidianamente. Eles foram infiltrados por gangues de aventureiros e traficantes de classe média, por carreiristas e impostores, usando ninguém menos que Evo Morales como canal para sua invasão, que está muito interessado em se apresentar como um instrumento eficaz a serviço de políticos poderosos e representantes do grande capital, tanto internacional quanto nacional.

A experiência histórica nos ensina que essas gangues de aproveitadores têm existências fugazes, desaparecendo sem deixar rastros diante de enormes dificuldades e perante as massas altamente politizadas e radicalizadas, e os obstáculos de qualquer magnitude.” (Documento do 42º Congresso do Partido Operário Revolucionário, La Paz, janeiro de 2006.)

“As limitações políticas do movimento camponês estão enraizadas em sua condição de pequenos proprietários de terras e na forma de produção individual-familiar que persegue. Assim como a classe média urbana não pode desenvolver uma política de classe independente (não pode se transformar de uma classe em si em uma classe para si, como o proletariado) e está condenada a servir aos polos opostos da luta de classes. Quando, a partir de sua condição de explorados, iniciam suas lutas sem liderança proletária, estão condenados a permanecer no meio do caminho ou, eventualmente, a capitular diante do inimigo, movidos por seu instinto de proprietário. (Documento da Conferência Nacional, janeiro de 2007)

A Bolívia é um país capitalista atrasado com uma economia combinada, principalmente produtor de matérias-primas (um país com uma economia extrativista, dizem alguns economistas), e não pode escapar do fato de que seu destino é determinado pela economia global. A maturidade do país para a revolução proletária é imposta pela crise da economia capitalista mundial e sua fase imperialista decadente. O país sofre as consequências dos altos e baixos da economia mundial; não pode escapar disso. Em última análise, são as leis da economia capitalista mundial que determinam o destino do país e de seus governos burgueses, sujeitos aos ditames da grande propriedade privada burguesa e do grande capital financeiro imperialista (corporações transnacionais).

A Bolívia consolidou o capital político, confirmando o princípio marxista-leninista-trotskista de que, nesta fase do desenvolvimento capitalista, todas as possibilidades de um maior desenvolvimento harmonioso das forças produtivas da sociedade estão fechadas. Nesse sentido, as propostas dos novos movimentos nacionalistas de base burguesa, que postulam a possibilidade do desenvolvimento do país no marco do capitalismo, com base na existência e consolidação da propriedade privada em larga escala dos meios de produção e na coexistência harmoniosa (de respeito mútuo) entre os países oprimidos e o imperialismo — tese comum a todos os movimentos nacionalistas de base burguesa —, são inviáveis. (Documento da Conferência Nacional, maio de 2009)

O governo do MAS não foi produto de nenhuma revolução social; foi produto de uma farsa eleitoral burguesa. A impostura da “revolução democrática e cultural” propagada pela demagogia governamental foi apenas uma tro-



ca de guarda entre os administradores circunstanciais do Estado burguês. Basta dizer que o atual presidente Arce Catacora foi um alto funcionário em governos neoliberais anteriores. A teoria de que o atual processo de retorno eleitoral da velha direita ao poder significaria uma “restauração oligárquica” é uma teoria rebuscada que busca insinuar que houve uma “grande transformação social” no país pelas mãos do MAS. “O governo do MAS está determinado a nos convencer de que a Bolívia vive uma era “de ouro” para as variáveis macroeconômicas, uma era “excepcional” de prosperidade produtiva e boom econômico “nunca antes vista”. Essa nova realidade se reflete na acumulação de uma reserva internacional multimilionária (mais de US\$ 8 bilhões) e em um “escudo” boliviano que nos teria protegido dos efeitos negativos da crise global. Vejamos se tudo isso é verdade ou se é simplesmente mais uma farsa liderada pelo Evo, projetada para enganar milhões de incautos que engoliram a história do “processo de mudança” e de que a Bolívia se tornaria como a Suíça em 20 anos.” (Documento: XLIV CONGRESSO, JUNHO DE 2010)

A demagogia do reformismo, à qual se juntaram centristas de todas as tendências, esforçou-se para nos fazer acreditar que a instalação da Assembleia Constituinte em 2009 seria uma medida revolucionária que transformaria o país. Nesse sentido, o POR apontou e previu que tudo isso terminaria em uma farsa que não libertaria os povos indígenas nem o proletariado das amarras de sua opressão nas mãos da burguesia, dos latifundiários e do capital financeiro imperialista. O governo do MAS, após sua primeira vitória eleitoral, desenvolveu a teoria de que a transformação do antigo Estado começaria com a instalação da Assembleia Constituinte, pois dela emergiria a estrutura de um novo Estado qualitativamente diferente, materializado em uma nova Constituição Política que erradicaria o colonialismo externo e interno e se orientaria para um Estado inclusivo, que respeitasse todas as formas existentes de propriedade, a pluralidade cultural e econômica; um Estado solidário, complementar, democrático, recíproco etc. A tendência reformista de conceber mudanças na sociedade baseadas em reformas puramente superestruturais, neste caso jurídicas, é clara. Esta seria a proclamada “revolução pacífica e cultural” no marco da democracia, que consiste em que os oprimidos de 500 anos atrás agora tenham o direito de ser incluídos no “novo Estado”, para participar decisivamente, em igualdade de condições, com aqueles que até então detinham o poder. O resultado dessa concepção reacionária está materializado na Constituição que nasceu de um parto agitado e “uma imagem rude que retrata plenamente a pobreza política de seus atores de direita e reformistas”. (Documento: XLIV CONGRESSO, JUNHO DE 2010)

A verdade é que a estrutura econômica do país não mudou. A suposta existência harmoniosa e complementar, decretada pela nova Constituição, entre as diversas formas de propriedade privada dos meios de produção que constituem a base material do país e a partir das quais se desenvolvem as relações sociais de produção, permaneceu nos bons votos do subjetivismo pós-moderno do indigenismo romantizado pelos espertinhos da esquerda

reformista, pois a realidade dessas relações sociais continuou marcada pelas imposições da grande propriedade burguesa sobre a pequena propriedade e pelas formas de propriedade comunal que ainda persistiam. Na prática, toda a farsa “nacionalizadora” terminou, como aconteceu com os governos neoliberais, colocando a propriedade estatal a serviço do fortalecimento da grande propriedade privada burguesa.

Toda essa lógica pró-burguesa do governo começou a colidir com os explorados, e o descontentamento explodiu em mobilizações, exigindo atenção para problemas não resolvidos relacionados às péssimas condições de vida e trabalho, inicialmente nos setores urbanos, que posteriormente se espalharam para os setores rurais. Em 2011, o POR noticiou:

“A última mobilização explodiu nos setores mais afetados pela crise econômica: aqueles convocados para o serviço (educação, saúde, Fundo Nacional de Saúde, universidades etc.) que estão morrendo com salários miseráveis recebidos do Orçamento Geral da Nação; os autônomos que não têm salário (varejistas, artesãos etc.), os mais vulneráveis porque vivem dia a dia com rendas miseráveis; e o proletariado que depende do setor industrial nascente que se desenvolve nas cidades; os operários que permanecem sob o regime de trabalho flexível, também vítimas de salários miseráveis.” (Documento da Conferência Nacional, junho de 2011.)

Além de explicar a tendência à generalização, arrastando outros setores, afirma:

“Este fenômeno só pode ser explicado pela situação política global, caracterizada pelo abandono das esperanças no MAS e pelo fato de os explorados estarem se convencendo de que este governo é incapaz de dar soluções aos problemas fundamentais do país e dos setores mais afetados pelo atraso e pela pobreza.” (Idem, 2011)

Os reformistas insistiram que, graças à “genialidade” de suas políticas, a Bolívia havia passado de um país de “baixa renda” para um de “renda média”. A esse respeito, o POR esclareceu:

“Este aparente ‘boom’ econômico foi construído sobre bases instáveis, sobre uma alta temporária dos preços das matérias-primas e dos hidrocarbonetos (em grande parte alimentada pelas atividades especulativas do capital financeiro) e o enfraquecimento temporário das potências econômicas imperialistas como consequência da crise.

Não estamos testemunhando uma transformação do capitalismo atrasado em um novo regime social “mais justo”; muito pelo contrário. O suposto boom econômico favoreceu a pilhagem das corporações transnacionais. Os benefícios do ‘boom’ não chegaram às massas, que enfrentam o flagelo da inflação crônica com salários extremamente baixos, que suportam a implementação de medidas que representam uma perda de conquistas sociais, etc.” (Documento: CONFERÊNCIA NACIONAL ORDINÁRIA, 2013)

Este processo de superação das ilusões dos explorados no “governo indígena” não foi homogêneo nem simultâneo. O desencanto avançou primeiro nas cidades e depois

no campo. Na raiz desse processo, está a falta de desenvolvimento integral das forças produtivas, que superariam o atraso e a fome do país. Com o fim do boom, o desperdício e a corrupção começaram a se fazer sentir. As massas exploradas estavam descobrindo na prática que sua situação e a do país não haviam mudado em essência, que o chamado “processo de mudança” era uma farsa que não mudava as condições de um país capitalista atrasado, submetido aos interesses saqueadores do grande capital financeiro imperialista e à ganância da burguesia nativa. Essa previsão feita pelo POR em 2015 foi plenamente confirmada pelos fatos:

“É preciso dar como certo que, sob a lógica decrépita do governo burguês do MAS, sua subserviência ao capital financeiro imperialista e à burguesia nativa raquítica, em 2025 ainda seremos um país atrasado com uma economia combinada, onde os níveis de barbárie social se multiplicarão em linha com o avanço da decadência e da desintegração do capitalismo global. Lutemos e esperemos que, antes que este panorama sombrio chegue, ocorra uma revolução social liderada pelo proletariado, libertando as forças produtivas por meio da expropriação da burguesia e do imperialismo e lançando as bases para uma economia planificada. (Documento da CONFERÊNCIA NACIONAL, junho de 2015.)

No ano de 2016, ocorreram as primeiras manifestações gerais de emancipação das massas da tutela do MAS, refletidas no referendo que negou a Evo Morales a autorização para uma reforma constitucional que permitiria que ele concorresse novamente nas próximas eleições presidenciais. O MAS decidiu ignorar esses resultados e lançou sua candidatura à reeleição de Evo Morales, que inicialmente contava com a aprovação do imperialismo por meio da OEA. As limitações desse processo e o que mais tarde se expressaria com mais clareza na revolta popular de 2019, que finalmente derrubou Evo Morales do poder, foram explicadas pelo POR no documento aprovado na Conferência do Partido de 2017:

“Uma das características da atual conjuntura política é que, em decorrência do agravamento da crise, setores sociais, nacionalidades e regiões oprimidas são vulcões que explodem intermitentemente contra um governo incapaz e abusivo, que recorre à repressão policial e utiliza juízes e promotores para penalizar as diversas formas de protesto protegidas pela própria Constituição, e move ações judiciais contra lideranças para constranger os rebeldes.”

Todas essas formas de rebelião, especialmente aquelas lideradas por setores radicalizados da classe média, se esgotam momentaneamente sem encontrar uma saída que satisfaça suas demandas, para então ressurgir de forma mais radical e combativa...

A limitação que impede a atual conjuntura política de encontrar um caminho para uma solução estrutural para os problemas enfrentados pelos explorados e oprimidos é que os combatentes não encontram, ao longo do caminho, uma liderança que lhes mostre uma perspectiva política viável e que lhes permita unificar suas ações em uma única corrente capaz de erradicar essa vegetação rasteira corrupta aprisionada no poder.

Politicamente ausente está a classe revolucionária, o proletariado, que, por sua condição de despossuído de toda forma de propriedade privada e por ser parte fundamental das forças produtivas, é o único capaz de apontar o caminho para a revolução social, para a destruição da propriedade privada em larga escala dos meios de produção e para a estruturação de um novo Estado baseado na propriedade social dos meios de produção. Essa classe, que ainda não se recuperou de sua derrota histórica na década de 1980, está fisicamente presente, mas desconectada de sua rica experiência revolucionária do passado. (Conferência Nacional de 2017, setembro de 2017)

Em 2019, o governo do MAS e Evo Morales foram destituídos do poder por uma revolta popular, não por um “golpe de Estado”, como o reformismo tentou posteriormente estabelecer como explicação para o ocorrido. A ausência de um proletariado atuando como classe em torno de suas políticas e defendendo sua estratégia permitiu que setores de direita, apoiados pela classe média abastada das cidades, impusessem uma solução reacionária para a crise política decorrente da revolta popular.

“Ideólogos reformistas criaram a teoria do golpe de Estado para esconder o evidente esgotamento político do MAS. Ninguém acredita nessa teoria.” A verdade é que nenhuma das bobagens inventadas pelos reformistas refuta o fato de que o MAS caiu em consequência de sua política de conciliação com a burguesia, com as transnacionais e com a oligarquia latifundiária de Santa Cruz — simplesmente, por sua política de preservação do capitalismo, de seu “processo de mudança”, que NÃO leva ao socialismo, mas sim ao fortalecimento dos capitalistas, para que mais tarde, uma vez que as condições tenham mudado, quando as massas se chocarem com os impostores do governo, caracterizados como corruptos, traidores e fraudulentos, seus antigos parceiros lhes deem um chute no trazeiro. (Documento: CONFERÊNCIA NACIONAL EXTRAORDINÁRIA, novembro de 2019)

Avaliando os acontecimentos de 2019, o POR observou:

“A composição de massas da rejeição ao governo não rompeu o conteúdo pequeno-burguês geral do movimento. A mobilização não conseguiu ultrapassar os limites democrático-burgueses de sua origem. Nessas condições, a política revolucionária do proletariado, materializada no programa do POR, não conseguiu superar a influência da oposição burguesa de direita. A experiência histórica demonstra que a pequena burguesia está normalmente sujeita à influência da política burguesa. Em crises agudas, as condições para seu deslocamento para as posições do proletariado estão reunidas. Isso não ocorreu na recente crise revolucionária na Bolívia. O POR lutou para que isso acontecesse, mas as condições pequeno-burguesas-democráticas ditaram seus limites, dada a ausência do proletariado.

Tratou-se de uma crise revolucionária, cuja dinâmica foi marcada pelas oscilações da pequena burguesia, tanto na cidade quanto no campo. Essa característica tornou-se predominante devido à ausência e ao atraso na incorporação física do proletariado e que marcou todo o desenvolvi-



mento do processo político. (Documento: CONFERÊNCIA NACIONAL EXTRAORDINÁRIA, novembro de 2019)

As premissas para o agonizante retorno do MAS ao poder foram moldadas pelo desastroso governo de “transição” da velha direita:

“Como resultado da pressão popular, o MAS foi forçado a abandonar o governo, mas não sem antes espalhar, dentro e fora do país, a ilusão de que havia sido derrubado por um ‘golpe de Estado’. Assim, o governo de transição de direita foi entronizado no poder com a tarefa de convocar novas eleições em 90 dias.

O insulto aos símbolos das nacionalidades oprimidas, perpetrado desajeitadamente na Praça Murillo pelos setores mais recalcitrantes da direita — expostos à natureza racista da burguesia e da pequena burguesia de pele branca — no momento da instalação do novo governo de transição, exacerbou a rebelião de setores camponeses e populares com fortes raízes indígenas devido à sua identificação nacional com o Irmão Evo. (49º Congresso Nacional, Documento Político, março de 2021)

A extrema corrupção dos funcionários do governo de transição, a incapacidade de evitar os efeitos devastadores da crise sanitária da COVID-19, somada ao isolamento imposto à população, que vive o dia a dia, o agravamento da crise econômica, agravado pelos erros do governo, etc. E, finalmente, o anúncio de que o Presidente se candidataria às próximas eleições foi um verdadeiro golpe e alimentou uma revolta popular, preparando o terreno para o retorno do MAS ao poder.

Os militantes do MAS que permaneceram no país e não partiram para o “exílio dourado”, como mais tarde se acusariam mutuamente, começaram a organizar bloqueios de estradas e a exigir eleições imediatas. O candidato do MAS, Arce Catacora, imposto por Evo Morales aos que permaneceram no país para desafiar o governo de direita, liderado por Áñez, venceu por ampla margem, apoiado pelas massas esperançosas de que o suposto “gênio” da economia e os ex-ministros das finanças de Evo Morales evitariam a escalada da crise.

Desde as eleições gerais, surgiu um poderoso movimento dentro do MAS buscando impedir que a liderança de Evo monopolizasse as candidaturas à Assembleia Legislativa Plurinacional. A ampla base visava impedir que Evo Morales retornasse ao país para se tornar o verdadeiro poder por trás de Arce Catacora.

Posteriormente, após a vitória eleitoral, as disputas internas se intensificaram em torno da conquista de cargos-chave e secundários no aparato estatal. Essa luta fratricida dentro do MAS não é movida por divergências políticas, mas pelos interesses mesquinhos de um ou outro setor, cujos líderes buscam criar fura-greves burocráticos em torno do novo governo para monopolizar cargos no aparato estatal.

Evo Morales, ao retornar ao país de seu exílio dourado, queria fazê-lo em grande estilo, organizando a “grande caravana” da fronteira até o Trópico de Cochabamba. Ele contou com o apoio do governo argentino e se cercou de

todo um aparato publicitário para ampliar seu retorno ao país. No entanto, o que encontrou foi a resistência da população de Potosí e a indiferença do restante da população do país, a ponto de a caravana se dissolver em seu caminho por Oruro, e Morales acabar chegando ao Chapare de helicóptero para participar de um comício fabricado pelo aparato do MAS e financiado com tanto dinheiro que as pessoas comuns já percebem de onde ele vem. (49º Congresso Nacional, Documento Político, março de 2021)

A crise expôs toda a impostura do MAS, que, para enfrentá-la, adotou medidas cada vez mais antipopulares e pró-burguesas. O estatismo morno dos primeiros dias do MAS como governo já era coisa do passado. As políticas cada vez mais liberais aplicadas eram caracterizadas por seu viés antinacional, antipopular e antitrabalhador.

O desencanto entre as massas explodiu em conflitos sociais permanentes e cada vez mais radicais. A crise interna do MAS, centrada nas ambições de camarilhas desesperadas por lucrar com o Estado e, assim, enriquecer rapidamente às custas do erário público, acabou dominando a cena. Evo Morales lançou uma conspiração contra seu governo a partir do momento em que não conseguiu controlar o Arce e a administração, apoiada pelas facções internas que permaneceram no comando do aparato estatal e, fundamentalmente, pelos governos subnacionais, municipais e departamentais, interessados em preservar o controle e os privilégios derivados do exercício do poder.

“É a agonia do fenômeno Evo, inventado pelas massas oprimidas bolivianas, em sua maioria indígenas e mestiças, como expressão de seu anseio por reivindicação nacional contra o Estado burguês de branco, após terem derrubado do poder o odiado e traidor regime neoliberal do “gringo” Gonzalo Sánchez de Lozada.

Esse fenômeno ocorreu na ausência do proletariado, com sua própria perspectiva revolucionária, do cenário da luta de classes: um governo operário-camponês, assentado em todos os oprimidos.

O MAS foi forte enquanto existiu a ilusão de que um líder indígena à frente do governo era nada menos que o início de um “processo de mudança” voltado para a libertação das nações indígenas e o governo dos explorados e oprimidos. Essa ilusão era sua alavanca política e a base de sua força.

Somente nós, revolucionários, alertamos sobre o conteúdo pró-burguês das políticas do MAS e de seu líder, Evo Morales, desde que ele chegou ao poder proclamando seu respeito pela grande propriedade privada burguesa, juntamente com todas as outras formas de propriedade (pequena, média e comunal). O MAS governou para os opressores em nome dos oprimidos. A impostura do MAS tornou-se cada vez mais evidente, apagando qualquer ilusão de um MAS revolucionário da mente das maiorias oprimidas.

E isso determinou seu declínio político e sua agonia como organização. A gangrena da politicagem de esquerdistas e indigenistas reformistas deu origem à corrupção de um militante zeloso por assaltar cargos estatais para roubar. É tudo o que resta, e é a razão da formação de ca-

marilhas que, em luta fratricida, disputam cargos estatais. (Masas nº 2647, 20/04/21)

Evo Morales expressou as ambições de outras camarilhas que reivindicavam o retorno às posições que ocupavam no passado, juntamente com os grupos empresariais que beneficiaram o líder cocaleiro em seus governos anteriores. Muitos deles estão ligados ao narcotráfico, um negócio transversal à classe dominante boliviana e a todos os seus partidos. As disputas entre as camarilhas se entrelaçam com as das máfias criminosas, tanto no partido governista quanto na oposição burguesa.

Claramente, o MAS implodiu em meio à luta interna entre as ambições de seus líderes e camarilhas. Essas crises são a manifestação, a consequência do fracasso de seu projeto político reformista pró-burguês, que se estilhaça ao colidir com a realidade. A inviabilidade histórica de buscar o desenvolvimento integral das forças produtivas no marco do respeito às relações capitalistas de produção e da colaboração com o capital financeiro imperialista e a burguesia indígena. Assistimos à reiteração do ciclo nacionalista burguês, disfarçado de movimento indígena. O MAS estreou como o redentor dos povos indígenas, supostamente “anti-imperialista e antineoliberal”, apenas para acabar como o instrumento preferido das corporações transnacionais imperialistas, da burguesia agroindustrial de Santa Cruz e da burguesia em geral, apertando as correntes de opressão dos povos indígenas, entregando o país ao capital estrangeiro e implementando medidas neoliberais de ajuste econômico para evitar a crise, descarregando-a sobre as massas. Esta é a reiteração de um fracasso anunciado.

Manifestações do processo contraditório de superação das ilusões democráticas

A REJEIÇÃO DA MAIORIA DA POPULAÇÃO A TODOS OS CANDIDATOS POLÍTICOS, DA VELHA DIREITA E DOS IMPOSTORES DO MAS, INCLUINDO EVO MORALES, FOI EXTERNALIZADA USANDO O CAPITÃO LARA, A.K.A., COMO INSTRUMENTO DE EXPRESSÃO, R. PAZ E O PDC

A surpreendente vitória eleitoral dos candidatos do PDC deixou todos os políticos e “analistas” perplexos, incapazes de entender o que havia acontecido e começando a cunhar teorias, cada uma mais fantasiosa que a anterior.

Os derrotados começaram a acusar a existência de supostos “acordos secretos” ou “slogans ocultos” como determinantes do resultado desfavorável. Qual a real extensão dos “slogans ocultos” ou “acordos secretos” dos dirigentes? Muito pouco. A verdade é que o sentimento de rejeição e desconfiança em relação a todos os candidatos era perceptível antes das eleições e se manifestava em um número avassalador de pessoas que não queriam revelar

sua preferência eleitoral. As pesquisas os classificaram como “indecisos”, além do grande número de votos nulos e brancos, que chegaram a mais de 30%, acima dos candidatos supostamente mais bem colocados.

O fato é que, se houve instruções ou acordos, o que é altamente duvidoso, ainda mais considerando que a burocracia sindical estava por trás de um ex-candidato do MAS. Esses acordos só poderiam prosperar em um cenário de desconfiança e rejeição generalizadas. O que os políticos, “analistas” e pesquisadores não perceberam foi que essa rejeição seria canalizada para o voto em Lara, para não gerar um voto nulo.

Um indicador importante é que aqueles que votaram na dupla Lara-Paz ficaram surpresos com o uso generalizado de um candidato, que nas pesquisas pré-eleitorais não parecia ter chances de vitória, como um canal de rejeição a todos os políticos tradicionais, incluindo Evo Morales.

A aliança da dupla Paz-Lara carece de um programa coerente porque eles próprios não acreditavam que poderiam vencer. Toda a sua campanha foi uma coleção de promessas, cada uma mais demagógica que a anterior, lançadas para agradar o público e capturar seus votos. São promessas contraditórias, cumpridas dependendo do setor em questão.

O PDC é um partido burguês, e o vácuo programático será preenchido pelos interesses e pressões da classe dominante (burguesia agroindustrial, transnacionais imperialistas etc.). Não há dúvida de que, se a dupla Paz-Lara chegar ao governo, que está longe de implementar medidas como a nacionalização do ouro e/ou a banca privada, acabará implementando a política burguesa de ajuste econômico exigida pelos patrões para descarregar a crise sobre os trabalhadores. A ilusão de que se trata de um “novo” candidato desaparecerá mais cedo ou mais tarde. Este é o ponto fundamental, e não devemos nos perder em discussões sobre se ele é de esquerda, centro ou direita. A dupla Lara-Paz é uma aliança eleitoral improvisada, sem uma estrutura organizacional coerente e incapaz de preencher todos os cargos eletivos. Após os resultados das eleições, tornou-se, por enquanto, um ímã para um bando de políticos oportunistas, desesperados para “aproveitar” a oportunidade de subir no aparato estatal e fazer fortuna o mais rápido possível. Seguindo esse caminho, a promessa de um “governo honesto” e livre de corrupção cairá por terra. A razão última é que, no contexto de um capitalismo decadente e em decomposição, um governo burguês honesto não é possível. Nesse cenário, as atuais fissuras e atritos, quase imperceptíveis, entre Lara e Paz podem se aprofundar e precipitar uma crise iminente.

Assistimos a uma manifestação do esgotamento político do MAS e de todos os partidos burgueses e reformistas, que se desenvolve paralelamente à reivindicação por uma profunda transformação das estruturas econômicas e sociais do país. Isso é uma expressão do processo contraditório de superação das ilusões democráticas entre as massas, que está ganhando força novamente. A maioria não espera nada de bom dos candidatos políticos dos velhos partidos burgueses, incluindo o MAS. Sabem de antemão



que, independentemente de quem vença, a situação não melhorará e que devem se preparar para se defender do novo governo. A maioria está convencida de que todos os políticos estão simplesmente buscando usar o povo como meio de roubar e implementar medidas que beneficiem os que estão no poder.

A crise econômica global do capitalismo, que longe de se abrandar, tende a se agravar, está na raiz do esgotamento acelerado de todos os governos burgueses, sejam os impostores do socialismo do século XXI ou os “novos” governos da direita neoliberal disfarçados de “libertários”. Essa incapacidade dos governos burgueses de afastar os efeitos da crise desencadeada sobre as massas empurra os explorados a oscilar entre os extremos das políticas burguesas (neoliberal ou neokeynesiana). Suas preferências eleitorais oscilam de um para o outro. Isso não pode ser confundido com um processo de guinada à direita das massas em geral, que continuam resistindo e combatendo as políticas burguesas de ajuste econômico que pioram suas condições de vida. Essa resistência não foi derrotada. Essas oscilações entre as massas, que marcam o processo político latino-americano e boliviano, persistirão enquanto não se estabelecer uma alternativa proletária revolucionária, sinalizando a saída para o desastre capitalista pela via da revolução proletária e da instauração de um governo próprio dos trabalhadores e camponeses. Essa possibilidade se torna mais evidente à medida que as ilusões na democracia, no legalismo e no parlamentarismo burguês são superadas, e as massas retomam a ação direta e a organização de um movimento operário popular independente do governo e dos partidos burgueses vigentes. Na Bolívia, esse processo é liderado pelo POR.

De MASAS 2448 20/08/2025

Balanco e Perspectivas para as Eleições Nacionais

CAPITÃO LARA, UM FALSO SÍMBOLO DE REPÚDIO AO POLITICISMO DA DIREITA NEOLIBERAL E DO MAS REFORMISTA PRÓ-BURGUÊS

1. A esmagadora e surpreendente votação obtida pela candidatura de Rodrigo Paz é uma manifestação de protesto e rejeição da classe operária, camponesa e classe média empobrecida, contra os partidos tradicionais de direita com seus candidatos decrépitos, e contra os das frações do MAS: os arcistas, andronicistas e evistas.

O grande apoio que lhe deu a vitória não foi para Rodrigo Paz, muito menos para suas propostas neoliberais, mas para o Capitão Edman Lara, valorizado por sua origem humilde, sua franqueza e sua coragem em questionar a profunda corrupção dentro da polícia, o que lhe rendeu a simpatia do homem comum. E agora as massas transformaram isso em um fetiche, um meio que inventaram para punir políticos, tanto da direita quanto da falsa esquerda, por serem corruptos, semeadores de fome e traidores da nação.

Mais uma vez, as massas, sem a direção política revolucionária, foram iludidas.

2. Com dados preliminares do SIREPRE, de 92,6% dos votos, 19,3% são nulos e 2,43%, brancos, totalizando 21,73%. Essa é a mesma porcentagem que aparecia nas pesquisas de intenção de voto anteriores ao apelo oportunista por votos nulos do impostor perpétuo Evo Morales. Em outras palavras, os votos nulos promovidos por Evo não significaram nada, um claro indicador do esgotamento político do ex-líder das massas, inspirado por sua condição de indígena-camponês.

Em comparação com eleições anteriores, os votos nulos, como expressão de rejeição a todos os partidos políticos, incluindo Evo Morales, aumentaram significativamente: de 16,8% para 21,73%.

3. Os resultados mostram que a direita cavernosa não ressuscitou de seu declínio político em “outubro de 2003”. Os direitistas não conseguiram atrair nem representar a maiorias da população do país, permanecendo com o apoio da burguesia e da classe média rica e aristocrática das cidades.

Os representantes do CAO e do CAINCO, com os rostos desfigurados, não conseguiam entender o que estava acontecendo, pois presumiam a vitória de seus candidatos, Tuto ou Samuel.

4. A derrota catastrófica do Movimento ao Socialismo em suas três versões, que demonstra a morte do MAS arcista, a dissolução do movimento andronicista e um Evo Morales que só atrai seus seguidores fanáticos, incapaz de se estabelecer, como antes, como líder de toda a nação oprimida. Os trabalhadores viram esses falsos socialistas governarem por 20 anos. A profunda crise econômica para a qual o MAS arrastou o País revelou que não houve “processo de mudança” e que serviu apenas para enriquecer o sindicato Amarra-Huato e as lideranças sociais. O reformismo pró-burguês fracassou, e estas eleições marcam seu retrocesso. Em sua agonia, com suas lutas internas por ambições pessoais, acabou abrindo caminho para que cor-

LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40



Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

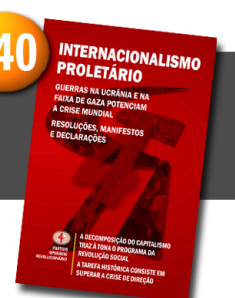
Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

R\$ 40



A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

rentes políticas de direita assumissem o controle total da Assembleia Legislativa. Em última análise, o MAS e a burocracia sindical cooptada pavimentaram o caminho para o retorno da direita ao poder em 2025.

5. Temos um segundo turno com dois candidatos de direita: Tuto, o filhotinho de Banzer, contra Rodrigo Paz, também um político neoliberal. Se esse último vencer o segundo turno, será Rodrigo Paz quem imporá suas políticas burguesas ao seu governo. Para garantir a governabilidade, Rodrigo Paz precisa se aliar a Tuto Quiroga e Doria Medina, o que o forçará a criar um bloco político para impor políticas econômicas burguesas, dada a orientação liberal que compartilha com eles.

6. Seja quem for o vencedor, um pacote econômico e um golpe contra as massas com medidas neoliberais de ajuste e estabilização são iminentes, com os pobres pagando a conta da crise econômica.

7. É necessário dar conteúdo político revolucionário ao sentimento antidireitista das massas, recuperando a Central Operária Boliviana como instrumento de luta nacional unificada para enfrentar e derrotar essas políticas de fome e pró-empresariado. Devemos recuperar a independência política e sindical de nossas organizações sindicais em relação ao novo governo, seja ele quem for, e recuperar os objetivos de luta do proletariado revolucionário organizado em seu Partido, o POR.

De MASAS 2489 - 27/08/2025

SEGUNDO TURNO ENTRE TUTO QUIROGA E RODRIGO PAZ O POR convoca os explorados a votar nulo

Como expressão de rejeição à ditadura burguesa e preparação para a batalha que necessariamente teremos de enfrentar contra as políticas antioperárias e antinacionais do neoliberalismo.

Não há “mal menor” aqui, um pretexto usado por “esquerdistas” pró-burgueses e burocratas sindicais dispostos a se vender ao novo governo para induzir votos válidos em nome da “democracia”.

Tanto Tuto Quiroga quanto Rodrigo Paz são políticos da direita neoliberal. Seus programas de ajuste econômico são os mesmos:



- Para ter dólares livremente disponíveis, hipotecar o país ao imperialismo, endividando-o com o FMI e o Banco Mundial, a fim de implementar as políticas exigidas pelo imperialismo estadunidense.

- Suspender os subsídios aos combustíveis, o que causará um golpe terrível nas condições de vida das massas.

- Flutuar a taxa de câmbio do dólar de acordo com a oferta e a demanda da moeda americana.

- Reduzir o déficit fiscal reduzindo o tamanho do Estado, o que implica em demissões em massa como as de Milei na Argentina.

- Descentralizar a educação e a saúde para transferir o custo para as regiões e isentar o Estado dessa obrigação.

- Exportações livres para os proprietários agrícolas do leste e exportadores em geral, e importações livres, o que significa a destruição da pequena e frágil indústria nacional, dos pequenos negócios e da produção camponesa atrasada; uma dívida para os atuais contrabandistas e grandes importadores.

- Condições de exploração injustas para o país, a fim de atrair investimento estrangeiro, ou seja, para o saque imperialista por corporações transnacionais.

- Flexibilização trabalhista para a livre exploração dos trabalhadores pelos empregadores.

Considerações finais e Conclusões

A desintegração do MAS e a desmoralização de seu caudilho, Evo Morales, não apenas confirmam as análises e as previsões realizadas pelo POR como consolida o programa da revolução social e a tática da frente única anti-imperialista. Em outubro de 1997, diante do governo francamente pró-imperialista de Goni, o partido evidenciou as raízes estruturais da crise política e levantou as bandeiras da “libertação nacional e social e da autodeterminação das nações subjugadas”. Tarefas democráticas do país de economia atrasada e amplamente saqueada pelo imperialismo, que correspondem à “revolução social e à ditadura do proletariado (governo operário e camponês). Em seu delinhamento programático, consta: “Dedicar atenção ao armamento das massas e do próprio partido revolucionário. A ação direta vai desde as mobilizações dos oprimidos até diversas formas de luta armada, passando pela greve geral”.

Essas formulações se assentam nas experiências da Revolução de 1952, na Assembleia Popular de 1971 e na resistência aos golpes e massacres desfechados pela burguesia oligárquica, apoiada pelo imperialismo. O POR reconhecia que a crise do governo Goni refletia “uma etapa precisa do movimiento revolucionário.” (..) Se se procura retornar à luta revolucionária, é preciso fundir a batalha pela satisfação das necessidades imediatas com a luta pela materialização do objetivo estratégico, da revolução social e da conquista do poder político.”

Em fevereiro de 1998, o governo já não controlava a situação da crise política. O problema que se colocava para o POR era como expressar as tendências de revolta das massas com o governo antinacional e antipopular. Havia que se aproximar dos “setores revolucionário das Forças Armadas (...). O que exigia organizar “frações armadas nos sindicatos e setores populares”.

Em novembro de 2000, agrava a luta de classes. O POR reconhece que o “negativo da convulsão estava em que a massas não haviam conseguido concentrar-se em torno da política proletária”. É nesse marco que o caudilho Evo Morales ascende ao poder, desviando o caminho da revolução para a camisa de força do Estado burguês, da preservação da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida.

Em fevereiro de 2006, o POR analisa as relações contraditórias do MAS com as massas camponesas que já não tinham como manter as ilusões no governo Evo. Explica que “as condições econômicas atuais do governo inclusive da estrutura burguesa do Estado não lhe permitem satisfazer as necessidades da maioria nacional, para isso teria de mudar sua estrutura econômica e do próprio país”. Eis o prognóstico: “Evo acabará sendo empurrado contra a parede se não cumpre as exigências camponesas e considerado um traidor de seu povo, costumes e tradições”. Na luta para unir os camponeses pobres sob a direção da classe operária no combate ao governo burguês já em decomposição do MAS, o partido recorre à formulação programática de que “a única direção política capaz de emancipar a nação (explorados e oprimidos), subjugada pelo imperialismo e pela burguesia nativa, é o proletariado, que é instintivamente comunista, por não ser proprietário privado dos meios de produção, o que lhe permitirá transformar radicalmente a sociedade partindo da propriedade social”.

Em dezembro de 2006, o partido reforça a importância da luta dos explorados contra o governo burguês de Evo que havia se curvado diante do imperialismo. Estava absolutamente claro que o MAS confirmava de forma inconfundível a aplicação de uma política antinacional: “Os últimos acontecimentos demonstraram que o atual governo procura desesperadamente potenciar o capitalismo na Bolívia e, para isso, busca a ajuda do próprio imperialismo e das multinacionais. Isso justifica nossa acusação de que o MAS não passa de laçao do imperialismo e das grande empresas internacionais”. No combate a esse governo, o POR orienta-se pela seguinte linha político-programática: “A libertação do povo boliviano e a marcha para o comunismo, sem explorados nem oprimidos, não se realizará pelo caminho das farsas eleitorais ou colocando remédios na Constituição burguesa, senão unicamente pela revolução do povo boliviano dirigido pelo proletariado. A revolução social é a ação direta das massas, exploradas e oprimidas”. Tratava-se da aplicação do Programa de Transição nas condições particulares da Bolívia. De forma que o partido deveria e deve afirmar e desenvolver suas posições históricas. Ou seja, “as Teses de Pulacayo formulou pela primeira vez um programa transitório no terreno da teoria da revolução permanente. A classe operária boliviana, ao tornar-se consciente, revolucionou a política e mesmo a história boliviana” (...) “A agudização da luta de

classes, o agravamento da crise do capitalismo, a conscientização do proletariado provam que se abrem as portas da revolução e ditadura proletárias”. O esforço concentrado do POR em desenvolver a luta dos explorados desde as reivindicações mais elementares se contrapunha ao governo do MAS e aplainava o caminho para a revolução social, que, como tal, era e é parte da revolução mundial.

Em junho de 2007, o partido em sua prática enfatiza que “o proletariado boliviano é minoritário devido ao atraso do país, mas é a classe revolucionária por excelência devido às suas características diferenciais. O capitalismo é mundial, como o é a sociedade burguesa, isso é que determina o caráter mundial da luta revolucionária do proletariado, representada pela IV Internacional. Isto é, pelo marxismo-leninismo-trotskismo”. Em todo o processo de combate ao governo do MAS, o POR se guia pelo objetivo de reconstituir o Partido Mundial da Revolução Socialista. Essa é uma tarefa histórica indissociável da revolução social.

Acima, apresentamos a trajetória da ascensão e derrocada do MAS e de seus governos. O fundamental está em que nesse processo vem à luz do dia as posições programáticas e a ação prática do POR. Seu diagnóstico sobre a orientação política e social do reformismo indigenista foi correto, de forma que os acontecimentos de duas décadas de governabilidade do MAS comprovaram o seu diagnóstico. Em meio esse trajeto, o partido pôde fortalecer sua linha programática, reconhecer as deficiências e realizar a autocrítica. É com esse acúmulo de experiência que o POR enfrentará uma nova etapa da crise econômica e política, perante a qual está preparado programaticamente. Terá de fortalecer a presença do partido no interior da classe operária e dos demais explorados. (2)

31 de agosto de 2025



BOLETIM CERQUI
Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Versão em Português
Nº 40 | JULHO DE 2025

Adquira o Boletim CERQUI e/ou outros materiais com um dos nossos militantes ou pelas nossas redes:

R\$ 5

(11) 9 5446-2020
massas.por
massas.org
por@pormassas.org